

# Crise cambial dificultará renegociação

O Brasil não poderá desembolsar mais do que US\$ 4 bilhões com os juros da dívida externa no próximo ano. Longe de ser uma imposição do governo brasileiro, a ser levada nas negociações com os credores do país no exterior, esta é apenas uma constatação da realidade. É que, além dos juros da dívida externa, o país terá de pagar, ainda, outros serviços (transportes, assistência técnica, tecnologia, etc.), que vão lhe exigir alguma coisa entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões. Vai precisar, portanto, no global, sem incluir amortizações de nenhuma espécie (mesmo com as entidades oficiais — Clube de Paris, Exibank, FMI, Banco Mundial, BID, etc.) alguma coisa entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões que, com muita sorte corresponderá a todo o saldo da balança comercial do país em 1987.

Mais do que qualquer poder de barganha que o país possa ter, é esta realidade física dos números que deverá exercer a maior pressão sobre os credores do país no exterior, na hora da negociação.

## Compromissos

Pelo menos e deste modo que o assunto vem sendo visto no Palácio do Planalto, por assessores do presidente Sarney. Para ele, de nada vai adiantar aos banqueiros endurecerem o jogo com o Brasil e exigirem coisas que o país não tem condições de dar.

O pagamento no exterior — ar-

gumentam — tem de ser feito em dólar. O Brasil não vem obtendo dólar na conta de capitais (através de investimentos estrangeiros ou lançamento de títulos no exterior), nem da conta de serviços. A única conta onde o país obtém recursos líquidos do exterior é na balança comercial (exportações menos importações). So poderá contar, portanto, com estes recursos. Disporá no próximo ano, portanto, com muita sorte, de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões para cobrir todos os seus compromissos externos, onde os juros são apenas uma parte.

O Brasil teria de pagar, no próximo ano, somente a título de juros US\$ 9 bilhões. Mas não vai pagar isto, porque não disporá destes recursos, ao que tudo indica. E os banqueiros estrangeiros sabem disso. A esta altura, segundo se estima no Palácio do Planalto, eles já fizeram e refizeram todas estas contas.

Diante deste quadro, os assessores do presidente entendem que não há outra alternativa para ambas as partes — credores e devedor — que não a de negociar, já que o Brasil descarta a possibilidade de declarar uma moratória. O Brasil quer pagar o que deve. Mas este seu desejo esbarra em possibilidades físicas. Vai pagar, portanto, o que pode, e não o que quer. E os banqueiros vão receber, de fato, no máximo, o que o Brasil pode pagar.



O ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central terão dura batalha na renegociação da dívida